

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 512, DE 2010

Dá á Justiça Estadual competência para julgar as causas envolvendo interesse de crianças e adolescentes, ainda que fundadas em tratado internacional.

Autor: Deputado SÉRGIO BARRADAS
CARNEIRO E OUTROS

Relator: Deputado PASTOR MARCO
FELICIANO

I - RELATÓRIO

Trata-se de proposta de emenda constitucional para conferir à Justiça Estadual competência para julgamento de causas envolvendo interesses de menores, mesmo quando fundadas em tratados internacionais, retirando tal competência da Justiça Federal.

A justificação aponta que as Justiças Estaduais é que são convenientemente equipadas com equipe multidisciplinar e todos os instrumentos para a correta análise dos casos, o que não ocorre na Justiça Federal.

A proposta atende aos pressupostos formais para sua apresentação.

Cabe a esta Comissão a análise da admissibilidade.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A proposição não se enquadra em nenhuma das hipóteses de vedação do art. 60, §4.º, da Constituição Federal.

Não se trata de tentativa de abolir a forma federativa de Estado, nem o voto direto, secreto, universal e periódico, nem a separação de Poderes e não suprime nenhum direito nem garantia individual.

A modificação de competência entre as Justiças Federal e Estadual pode ser objeto de modificação da Constituição, não se tratando de cláusula pétrea e podendo ser revista pelo poder constituinte derivado.

Dessa forma, a proposta pode tramitar e prosseguir para a análise de mérito pela Comissão Especial a ser constituída para esse fim.

Pelo exposto, votamos pela admissibilidade da Proposta de Emenda Constitucional n.º 512, de 2010.

Sala da Comissão, em de de 2011.

Deputado PASTOR MARCO FELICIANO
Relator